



## **Mídia sindical como dispositivo de interação entre minorias e classe trabalhadora<sup>1</sup>**

Nelson Toledo Ferreira<sup>2</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora

### **Resumo**

O estudo visa refletir sobre a mídia sindical como um dispositivo de interação entre os inúmeros segmentos sociais, ditos minoritários, que eclodem no interior da classe trabalhadora, nas últimas décadas, com demandas cada vez mais plurais e complexas. As mutações sociais e econômicas que impactaram a relação dos sindicatos laborais com a classe trabalhadora, bem como a visão homogênea da identidade do trabalhador, num contexto contemporâneo e pós-moderno de multidentidades exigem novas adequações comunicacionais da mídia sindical para que seja reforçada a identificação com seus públicos-alvo, podendo resultar em formas alternativas de mobilização e de conscientização para que sejam consolidados novos espaços sociais e políticos.

Palavras-chave: Comunicação sindical. Minorias. Identidade. Classe trabalhadora.

### **Introdução**

Apesar de toda a crise que a estrutura sindical enfrenta em todo mundo, fruto das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva, que acabam por impor uma nova ideologia na relação capital e trabalho, estas entidades representativas dos trabalhadores ainda ganham fôlego, buscando novas formas de adequação de suas ações políticas neste novo cenário que se apresenta. No entanto, deixam lacunas importantes a serem preenchidas por conta de uma visão conservadora de suas práticas.

Um dos motivos que fazem com que os sindicatos de trabalhadores, a cada dia, venham a perder legitimidade, agravando a crise que enfrenta, é o fato que constroem uma ideia homogênea do perfil do trabalhador, esquecendo que no contexto contemporâneo os indivíduos têm inúmeros campos de atuação e batalhas representativas que não se restringem diretamente à relação capital/trabalho. Neste século XXI, as instituições não são mais tão sólidas como no passado, ao contrário são permeáveis e exigem deslocamentos contínuos dos seus membros, criando uma gama e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a cidadania, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, email: neotolledo@hotmail.com.



uma infinidade de novas conexões sociais e, com isso, identidades cambiantes e temporárias, resultando no que os teóricos chamam de pós-modernidade, sociedade pós industrial, capitalismo tardio e uma série de nomenclaturas, mas que são consensuais que a sociedade passa por mutações irreversíveis que exigem adequações para que os trabalhadores criem novos mecanismos de enfrentamento às ideologias hegemônicas, na medida em que suas identidades e demandas são plurais, e não tão homogêneas como há décadas atrás.

A identificação dos sindicatos exclusivamente com suas respectivas categorias, priorizando apenas o fator da segurança material, como indica alguns estudos que iremos abordar no corpus deste artigo, acaba criando a desmobilização e despolitização dos trabalhadores, e, o mais agravante, as entidades perdem com isso a possibilidade de fortalecimento de suas lutas contra os grupos hegemônicos que detêm o poder econômico e ditam as regras de ambiência social. Os trabalhadores, fragmentados em suas batalhas e demandas específicas por categorias, perdem o poder de enfrentamento.

Enquanto isso, vários segmentos marginalizados, denominados minorias, por não terem voz ativa na sociedade, buscam a inserção social e a garantia de seus direitos de cidadania, como homossexuais, deficientes físicos, negros e até mesmo as mulheres, que ainda lutam para conquistarem espaços ditos masculinos. Estes grupos também acabam focando de forma segmentada suas respectivas bandeiras de lutas e não se aglutinam como trabalhadores para enriquecer o poder de atuação, incutindo novas práticas discursivas na sociedade, buscando avanços e transformações sociais.

Parte-se do pressuposto que os sindicatos poderiam exercer um papel legítimo de aderência destas forças segmentadas, reverberando suas características inatas de luta, mobilização e conscientização política, através da organização destes inúmeros sujeitos políticos, mas não cumprem esta determinação. No momento em que o trabalho é um importante fator de socialização dos indivíduos, cabe refletir o por quê os sindicatos dos trabalhadores não encampam estas lutas com estas minorias, na medida em que o mundo do trabalho é o cenário para a inclusão social, o respeito, a dignidade e a realização pessoal.

A abordagem temática das mídias sindicais focada na segurança econômica, salários e condições de trabalho poderia ser ampliada para questões relacionadas aos direitos, à cidadania e à liberdade de expressão, estabelecendo conexões que permitissem uma maior identificação com os trabalhadores, de uma forma geral. Com



isso, as entidades poderiam ampliar sua representatividade e ganhariam força de mobilização.

Muniz Sodré (2005) destaca que nas tecnodemocracias ocidentais, a mídia é um dos principais “territórios” de luta das chamadas minorias pela redução do poder hegemônico. Partindo desta perspectiva, a comunicação sindical pode ser avaliada como uma importante ferramenta de luta ideológica fugindo dos padrões massivos que impõem formas de comportamentos sociais e visões do mundo que consolidam o atual estágio capitalista, legitimando-o. As mídias sindicais são espaços simbólicos que poderiam abarcar uma diversidade de representações de trabalhadores com suas múltiplas identidades, característica da contemporaneidade, permitindo uma sociedade mais justa, igualitária com direito de oportunidades a todos, independente de credos, gêneros, opções sexuais, etnias e quaisquer outras diferenças do que determinados grupos ditam como normais e não ameacem suas ideologias. Mas, o entrave se dá na ideia estereotipada, rançosa e conservadora dos sindicatos que parecem não buscar outras formas de identificação com novos segmentos que ora eclodem na sociedade no interior da classe trabalhadora para fortalecer suas estruturas de embate frente ao poder econômico.

Nestes jornais e revistas produzidos pelos sindicatos de trabalhadores dificilmente não são destinados espaços para discutir cidadania, inclusão social, racismo ou preconceito contra opção sexual. Com isso, as entidades se perdem em seus discursos e não conseguem estabelecer uma conexão discursiva, nem mesmo com suas categorias. As práticas discursivas destas entidades excluem temáticas importantes que fazem parte do cotidiano dos trabalhadores, que buscam outros espaços sociais para realizarem suas lutas simbólicas para efetivação de suas demandas, cada vez mais complexas.

## **1 Mutações do sentido do trabalho e no perfil do trabalhador**

A caracterização da sociedade contemporânea como um período de transformações no projeto da modernidade ocidental gerou numerosos conceitos para definir o atual estágio do capitalismo, marcado por uma combinação de reestruturação produtiva, impactos da globalização e avanço tecnológico - cujos efeitos gerariam até novas formas de conduta e comportamento social. Capitalismo tardio, cognitivo, de



acumulação flexível, do conhecimento, do imaterial, pós-industrial, pós-fordista, pós-moderno, da modernidade líquida, dentre outras expressões, tentam dar sentido e nomenclatura a uma série de mutações que marca as esferas política, econômica, cultural e social no final do século XX e no início do XXI.

Neste novo cenário transnacionalizado, em que o próprio conceito de trabalhador está em mutação, as organizações que defendem os interesses dos trabalhadores e os representam (por exemplo, os sindicatos laborais) também sofrem os impactos destas mudanças sociais, econômicas e políticas – o que, muitas vezes, vem implicando novas formas de atuação. Num mundo do trabalho que foi alterado, com reflexos na multiplicação de perfis dos trabalhadores, os processos de classificação de classe tornaram-se mais complexos.

A estrutura sindical convive com o desafio de discutir políticas de proteção e ideologias de solidariedade de classe com empresas que rompem a cada dia fronteiras e se adequam a estruturas trabalhistas dos mais diversos países ao mesmo tempo. Este é o quadro com o qual muitos sindicatos têm que conviver, o que resulta uma constante reflexão sobre suas estratégias de organização, que devem passar pelo entendimento desta nova complexificação da identidade do trabalhador e pelas formas atuais em que é determinado o metabolismo do capital (que reestruturou sua lógica para sair da crise que se abateu sobre as economias capitalistas a partir do início dos anos 70 do século XX). Como aponta Antunes: “Essa crise fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do seu ciclo de reprodução. (...) que afetou fortemente o mundo do trabalho”. (ANTUNES, 2009, p.186)

Mas, apesar dos processos de resistência espalhados em todo o mundo, os problemas são palpáveis. Estudo do economista Marcio Pochmann, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), já revelou que as taxas de sindicalização foram reduzidas em todo o mundo a partir da década de 90. Entre 12 países pesquisados pelo economista, o Brasil apresentou uma queda de sindicalização entre os anos de 1992-2002 de 18%, apesar de estudos que comprovam que em meados de 2000 a taxa de sindicalização voltou a crescer.

Durante a primeira metade da década de 2000, o contexto da sindicalização não se mostrou tão desfavorável aos trabalhadores como o anterior. Entre 1999 e 2005, houve expansão de 13,7 milhões de novos ocupados acompanhada do adicional de 4,2 milhões de novos sindicalizados. Ou seja, a cada 100 trabalhadores que



encontraram uma ocupação, 31 terminaram sendo sindicalizados. (POCHMANN, 2007, p. 18)

As entidades que cresceram o número de filiados foram as do serviço terceirizado, permitindo a construção das bases de uma nova fase de atuação no sindicalismo, o que demonstra também esta mudança na concepção de mercado de trabalho. Os serviços terceirizados representam aqueles profissionais autônomos, que fogem das regras do mercado formal, devidamente registrados em carteira. Com isso, forja-se um crescimento lento da sindicalização nesta década, mas que não reflete a perda e os problemas enfrentados pelas entidades de classe e a redução dos seus quadros de associados.

Outro dado que chama atenção é o número de sindicalizados na proporção por faixa etária, revelando que o percentual de trabalhadores jovens, entre 18 e 29 anos sindicalizados, é inferior aos de trabalhadores mais velhos, o que pode sugerir um descrédito em relação a suas entidades representativas, bem como falhas no poder de persuasão sobre a importância da coletividade na solução dos conflitos do mercado de trabalho. De acordo com números recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os (as) associados (as) a sindicatos por faixa etária de 18 a 29 anos representam apenas 15% do número de trabalhadores (as) sindicalizados (as) no meio urbano em 2009. Tal percentual sugere que as entidades representativas têm encontrado dificuldade em convencer seus representados de que a filiação e a militância têm sentido, principalmente os mais jovens.

Nesta perspectiva, estes estudos mostram que quanto mais jovem o trabalhador, mais ele incorpora um perfil de profissional proposto pela mídia massiva, buscando garantir empregabilidade em um mercado cada vez mais competitivo, que exige sempre um trabalhador multifuncional, ambicioso, centrado no individualismo de sua carreira e de oportunidades profissionais, pautado em seus dons e méritos pessoais. Esta nova identidade é redesenhada através das mutações do mundo trabalho que é tão propagada pelos meios de comunicação de massa, como sinônimo de sucesso e de bem sucedido.

Outro fator que emperra mais a atuação das entidades de classe são os métodos gerenciais de mão-de-obra das grandes empresas que estimulam uma individualização das relações de trabalho, quebrando um espírito de classe e solidariedade entre os trabalhadores na luta por uma meta comum. Zygmunt Bauman, por exemplo, afirma que “as empresas modernas não favorecem mais uma postura de união e solidariedade dos



trabalhadores, como em épocas passadas, favorecendo questões e conflitos muito mais individuais do que coletivos” (BAUMAN, 2005, p.39). Para ele,

(...) tais pessoas prefeririam um hoje diferente para cada um a pensarem seriamente num futuro melhor para todos. Em meio ao esforço diário apenas para se manter à tona, não há espaço para uma visão de boa sociedade. (...) Levando-se tudo em consideração, as paredes e pátios das fábricas não parecem mais suficientemente seguros como ações nas quais se possam investir as esperanças de uma mudança social radical. As estruturas das empresas capitalistas e as rotinas da mão de obra empregada, cada vez mais fragmentadas e voláteis, não parecem mais oferecer uma estrutura comum dentro da qual uma variedade de privações e injustiças sociais possa (muito menos tende a fundir-se, consolidar-se e solidificar-se num projeto de mudança) (BAUMAN, 2005, p. 41).

Segundo o autor este novo cenário acaba por enfraquecer e dificultar qualquer campo de ação para os indivíduos aglutinarem forças em prol de uma causa, perdendo uma base comum sobre a qual era possível desenvolver objetivos e estratégias. Bauman lembra que os anos 1980 foram uma década de inventividade frenética, fazendo com que os mais diferentes grupos levantassem suas bandeiras reivindicatórias: gênero, raças, heranças coloniais, minando uma identidade única baseada na luta de classe que comandou toda a filosofia marxista e seus seguidores por décadas.

Este é o ponto central que visamos discutir, a aglutinação de forças das chamadas minorias enquanto trabalhadores e profissionais na contemporaneidade, buscando consolidar suas representações políticas e espaços sociais, que não são legitimados pelas suas entidades sindicais de trabalhadores, que acabam excluindo-os do processo de luta por focarem suas práticas apenas em cima de uma identidade unificada do trabalhador, angulando a relação capital /trabalho e esquecendo-se dos outros campos de luta que o indivíduo contemporâneo trava na sociedade.

## **2 Identidades múltiplas do trabalhador na ambiência laborativa**

Entendendo que o processo de construção identitária dos indivíduos depende destas relações de troca com o ambiente e os conflitos entre seus interlocutores, existe uma pressão da própria lógica do capital para que os homens e mulheres trabalhadores se adequem a esta nova realidade, tecendo uma identidade profissional que sugere uma quebra de seus vínculos com espírito de classe, solidariedade de objetivos, lutas



ideológicas, fatores que foram a base de sustentação dos sindicatos laborais há décadas atrás.

Em sua análise, Ricardo Antunes (2009) busca refletir sobre o que é a classe trabalhadora hoje, diferenciando até a concepção de proletariado, uma vez que, com a reconfiguração do mundo do trabalho, a ideia de trabalhador não é sinônimo do proletariado industrial. O autor usa o termo “classe que vive do trabalho” para explicitar a “totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção” (ANTUNES, 2009, p.194).

Esse circuito lógico conduz à hipótese de que a representação da identidade do trabalhador efetivada pelos sindicatos – por exemplo, na imprensa sindical – constitui um objeto relevante para o apontamento de possíveis explicações para o atual dilema acima descrito e, por outro lado, pode oferecer possibilidades de encaminhamentos para sua superação. Longe de ser uma questão periférica, as discussões sobre representação da identidade do trabalhador e o papel da imprensa sindical representam problemas centrais.

Muitos autores apontam o fato de que as identidades de classe passaram a ser percebidas como menos coesas do que haviam historicamente sido. Stuart Hall (2006) aponta que “(...) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.” (HALL, 2006, p. 7)

Diante desta perspectiva, a partir do momento em que os sindicatos laborais não percebem e não absorvem estes novos discursos das inúmeras identidades de seus trabalhadores não conseguem fortalecer ideologicamente os seus movimentos de lutas e nem de conscientização política, porque se fecham em temáticas de segurança material e de foco econômico, esquecendo que direitos, cidadania e espaço social são tão importantes quanto as questões profissionais.

Numerosas tradições teóricas, desde o materialismo histórico dialético até o interacionismo simbólico, apontam que é através da atividade laborativa que os seres humanos também se socializam – e, em alguma medida, constituem a si próprios. Peter L. Berger e Thomas Luckmann (2007), nomes relevantes da perspectiva interacionista, afirmavam que o homem é um produto social, fruto de processos institucionais e de universos simbólicos legitimadores com os quais conviveram.

O processo formativo humano trata-se de algo dinâmico, que se constrói e se reconstrói através da interação social de indivíduos e grupos. É através da interação com



outros indivíduos do seu grupo de convívio e de outros que são construídas estas redes de significação da realidade, pois a marcação do que é igual e diferente é condição básica para a formação identitária.

Com isso, o indivíduo relaciona as realidades objetivas e subjetivas, numa dialética entre consciência individual e o contexto social do qual ele vive. Nesta perspectiva, o ato laborativo pode ser entendido como uma engrenagem crucial para o desenvolvimento identitário, bem como para a legitimação da realidade em que se vive.

O fato de a compreensão da realidade ser efetivada também no espaço social desempenha um papel importante no universo de significação das experiências individuais, uma vez que as tipificações e as relações sociais estabelecidas, de forma contínua, oferecem, na estrutura social, um elemento essencial da vida cotidiana. Nisso, decorre que o trabalho pode ser considerado um fator importante nesta contextualização social onde estão inseridos os indivíduos, e que qualquer mutação que ocorra dentro destas estruturas acaba por afetar o modo de agir, de pensar, de se posicionar nestes cenários que mudam.

Trazendo a questão para este início de século, marcado por transformações em rapidez nunca vista, o problema ganha ainda mais relevância: numa sociedade como a atual, em que os indivíduos conseguem permanecer mais tempo nos seus ambientes de trabalho do que em seus próprios lares é crucial para a compreensão dos valores dos indivíduos e, portanto, das proposições hegemônicas na sociedade.

Já numa perspectiva marxista, Antunes (2009) concorda com esta posição de centralidade do trabalho, destacando que, desde o mundo antigo, ele tem sido entendido como uma expressão da vida e, ao mesmo, da degradação. A dialética se instala na medida em que o trabalho deixa de ter valores de uso para valores de troca, ou seja, deixa de ser usado para atender às necessidades básicas do ser humano para fazer parte de um metabolismo social do capital.

(...)Weber, com sua ética positiva do trabalho, reconferiu ao caminho para a salvação, celestial e terrena, fim mesmo da vida. Selava-se, então, sob o comando do mundo da mercadoria e do dinheiro, a prevalência do negócio (negar o ócio), que veio sepultar o império do repouso, da folga e da preguiça. (ANTUNES, 2009, p.259)

Antunes (2009) relembra Lukács que afirma que a sociabilidade e a linguagem encontram suas origens a partir do ato laborativo, uma vez que o trabalho constitui-se uma categoria de mediação entre as formas pré-humanas e o ser social, estando no



centro da humanização do homem. Pela ótica de Lukács, “o fato de buscar a produção e reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições de sua reprodução” (LUKÁCS apud ANTUNES, 2009, p.136).

### **3 Comunicação sindical e sua importância como dispositivo de interação social**

A comunicação sindical abrange uma ampla gama de ferramentas, em distintos suportes, que possibilitam a interação dos representantes de uma categoria com suas bases e, numa escala mais profunda, potencialmente intensificam as relações – e, portanto, a construção de um projeto coletivo – da própria classe trabalhadora. Logo, os instrumentos comunicacionais ligados ao mundo sindical podem servir à conscientização, à educação e à mobilização, tanto em lutas específicas, quanto em disputas sociais mais estruturantes em termos políticos.

De acordo com Luiz Momesso (1995) o conceito de comunicação pode ser sempre reformulado sob uma noção interdisciplinar do conhecimento, sofrendo alterações com as transformações da sociedade, com as novas realidades que são impostas ao cotidiano das pessoas e com a presença cada vez mais disseminada das novas tecnologias

No entanto, o autor faz uma crítica ao modo como a comunicação é habitualmente conceituada: para ele, na maioria das vezes, ela é associada apenas aos grandes meios massivos. Ou seja, em muitas digressões sobre o que seja o campo da comunicação discutem-se apenas temas relacionados à difusão de conteúdos ou modalidades comunicativas efetivadas em grande escala pela presença da tecnologia, minimizando o sentido importante das inter-relações sociais na construção do ser humano como um ente social.

Novos discursos legitimadores da ordem vigente são lançados todos os dias pela mídia massiva, reforçando concepções desta pós-modernidade como uma era inevitavelmente associada a elementos estruturantes do neoliberalismo. Disso decorre que se criam formações discursivas a respeito destas temáticas que trazem repercussões sobre a construção identitária dos homens e mulheres trabalhadores – num inevitável choque com as auto-definições que foram as bases para o entendimento da classe trabalhadora por si mesma durante décadas (e que ainda continuam presentes nas mídias sindicais).

O fato é que os meios de comunicação de massa, sejam impressos, eletrônicos ou digitais, potencializam discursos que acabam reformulando percepções do real – inclusive das narrativas que os indivíduos constroem sobre si mesmos. A mídia massiva traça uma nova percepção de sentidos do mundo do trabalho e pode estar acarretando alguns efeitos às entidades de classe, como, por exemplo, a queda do número de sindicalizados.

Num ambiente marcado por formações discursivas individualistas, ainda mais enfatizadas para aqueles que são considerados jovens e são mais expostos à concepção midiática de mercado de trabalho, carreira profissional, sucesso, dentre outros discursos da pós-modernidade, as estatísticas apresentadas anteriormente evidenciam os obstáculos que o movimento sindical enfrenta hoje em quase todo o mundo. Não há como desconsiderar o papel da mídia nesse processo: daí a mais intensa necessidade de que uma imprensa construída pelos trabalhadores para falar de si mesmos constitua uma etapa importante para o efetivo exercício do direito à comunicação.

Portanto, a mídia sindical assume um importante papel de resistência à lógica do capitalismo atual e oferece ferramentas fundamentais para permitir uma maior aproximação dos trabalhadores com suas instituições representativas (que, por sua vez, são aparatos de mediação indispensáveis para que o discurso dos meios de comunicação de massa encontre filtragem). No entanto, quanto mais os discursos dos sindicatos se especifica em questões próprias da categorias e do dia a dia do trabalho perdem o poder de discussão de questões mais amplas que ora emergem na contemporaneidade, como as demandas das chamadas minorias.

Jesús Martín-Barbero (2007) é um dos autores que enfatizam a necessidade de perceber como as instituições, e não apenas a mídia massiva, operam processos mediadores, o que representa um deslocamento da análise do poder dos meios de comunicação para uma posição mais ativa do pólo da recepção. O pesquisador relembra que as mediações culturais constituem-se com base em trocas e, neste processo comunicacional em que se fazem presentes as vivências sociais, ampliam o repertório dos indivíduos para interpretar e dar sentido à realidade.

Logo, como contraponto à mídia massiva, a imprensa sindical deveria constituir-se como espaço de mediação social. Se as mediações institucionais tradicionais (como igreja, família, escola e trabalho) estabelecem filtros a levarem as audiências a distintos processos de percepção da realidade, ajudam a criar formas igualmente diferenciadas de posicionamento e atuação social. É neste cenário que emerge a disputa midiática



(massivo x popular) como uma arena na qual se travam lutas políticas sobre o significado de ser trabalhador, em toda sua amplitude, e todas as repercussões identitárias engendradas pela discussão.

Se o processo de socialização se dá através do mundo do trabalho, o cotidiano dos homens e mulheres trabalhadores redesenha novas concepções de pertencimento, deslocamentos sociais, mobilizações e questionamentos sociais. A mídia sindical tem o poder de fazer com estes discursos existam socialmente, representando um efetivo contraponto ao poder dos meios massivos. Ofertar discursos contra-hegemônicos de combate à exclusão é uma de suas missões, que, se cumprida, produziria ganhos para a sociedade. E entende-se exclusão não só no sentido econômico, mas no sentido cultural mais amplo, no qual outras formas e estilos de vida emergem e não marginalizados inclusive pela classe trabalhadora em seus discursos, que insistem no conservadorismo de suas práticas.

O desafio da teoria e prática das democracias contemporâneas é, assim por um lado, reconhecer que os indivíduos, são posicionados de formas múltiplas, em termos de marcadores identitários “minoritários” como raça, o gênero, a idade, ou a cultura, e, por outro, desenvolver formas de lidar com os processos de exclusão gerados pela concentração de poder e pela impossibilidade de acesso a formas de participação na vida coletiva que tenha justamente em conta essas diferenças. (SILVEIRINHA, 2005, p.41)

Raquel Paiva (2005) afirma que o tecido social é construído com base nestas mediações sociais, que emergem na época atual novas formas sociais e formatos de relacionamentos dos indivíduos com o mundo, o que exige um esforço para entendimento deste novo cenário.

E esse esforço deve deter-se necessariamente no entendimento do lugar que a mídia assume, um papel de tamanha envergadura, capaz de, se não substituir, definir de maneira cabal, todas as antigas mediações sociais. Em síntese, a mídia responsabiliza-se hoje por todas as mediações sociais, é ela que regula a relação do indivíduo com o mundo e com seus pares. (PAIVA, 2005, p. 16)

Esta reflexão de Raquel Paiva parte da concepção da força da mídia na política das minorias que implodem na contemporaneidade: deste modo, ela também remete ao debate sobre a classe trabalhadora, compreendida num ambiente em que os



trabalhadores não são apenas trabalhadores mas cidadãos portadores de muitas outras identidades – muitas delas não explicáveis sem a análise da recepção de conteúdo midiático.

Diante deste cenário, a classe trabalhadora também reflete as realidades diversas que emergem na contemporaneidade, criando novos sentidos de pertencimento em diferentes esferas de atuação identitária dos trabalhadores. A mídia sindical aparece, então, como uma instância mediadora alternativa que pode estabelecer estas negociações e renegociações identitárias, ofertando uma leitura diferenciada do sentido do trabalho, em oposição à visão da mídia massiva.

Trigueiro (2005) aponta que o conceito de mediação é a operação de negociação entre duas ou mais partes do processo de comunicação, necessitando de diferentes níveis de interações sociais. O autor cita Muniz Sodré para refletir sobre as instituições, como os sindicatos, neste processo de mediação.

Para inscrever-se na ordem social, a mediação precisa de bases materiais, que se consubstanciam em instituições ou formas reguladoras do relacionamento em sociedade. As variadas formas da linguagem e as muitas instituições mediadoras (família, escola, sindicato, partido, etc) investem-se de valores (orientações práticas de conduta) mobilizadores da consciência individual e coletiva. Valores e normas institucionalizados legitimam e outorgam sentido social às mediações. (SODRÉ, apud TRIGUEIRO, 2005, p. 3)

#### **4 As vozes das minorias dentro da classe trabalhadora**

Muniz Sodré (2005) discorre sobre Kant para explicar como os alemães entendem maioria e minoria, para revelar como é a noção de minoria na sociedade atual. “Maioria é Mündigkeit, que implica literalmente a possibilidade de falar. Münd significa boca. Menoridade é Unmündigkeit, ou seja, a impossibilidade de falar. Menor é aquele que não tem acesso à fala plena” (SODRÉ, 2005, p. 11). Diante desta assertiva, a questão das minorias está mais no sentido de não ter voz na sociedade, de buscar espaços para que seus discursos mobilizadores sejam reconhecidos socialmente. Já Silverinha afirma que “os grupos minoritários passaram a constituir-se no espaço público democrático com base nas suas reivindicações políticas tocantes à diferença e à sua representação nos destinos coletivos” (SILVERINHA, 2005, p.41).

Diante destas perspectivas, a classe trabalhadora, que sempre teve um discurso contra hegemônico sobre o poder econômico e todas as formas de comportamento que



são legitimadas por este sistema, assiste emergir na sociedade atual uma série de segmentos minoritários dentro de sua própria estrutura, mas não incorpora as reivindicações e demandas destas minorias em suas lutas maiores por uma sociedade mais justa. A noção de trabalhador como um sujeito político que reage apenas na relação capital e trabalho é reducionista, a partir do momento que o trabalhador atua e se desloca em inúmeros campos sociais para se fazer respeitado e incluído socialmente.

Com isso, as batalhas, que poderiam ser unificadas acabam se esfacelando em inúmeras vertentes. O que se discute são direitos de cidadania e de representação social, além da possibilidade de convivência harmoniosa das diversas culturas dentro da classe trabalhadora, entendida como um grupo de cidadãos que sofrem as mesmas mazelas de um sistema capitalista, cada vez mais excludente.

Enquanto os homossexuais fazem paradas para consolidar suas políticas de direitos, os negros lutam contra o racismo, os deficientes físicos questionam as dificuldades de acessibilidade, os sindicatos de trabalhadores insistem numa visão simplória de demandas econômicas e segurança material, perdendo a cada dia seus associados, desmobilizando parcelas importantes da sociedade que poderiam enriquecer o debate de luta e de conscientização política, a partir do momento em que aderisse as vozes fragmentadas destas minorias, transformando-a em uma voz unificada.

Em uma sociedade plural, as classes que co-existem com a classe trabalhadora são excluídas do processo discursivo dos sindicatos através de suas mídias. Nestas publicações raramente se encontram espaços para se discutir cidadania no sentido mais amplo destas demandas minoritárias. Não se discute acessibilidade, racismo, tolerâncias à credo, a opções sexuais e nenhum outro assunto que explode na sociedade atual, exigindo uma reverberação na sociedade para que ocorram transformações.

### **Considerações finais**

A atividade jornalística sempre foi pautada pelo contexto histórico. A relação do jornalismo com os fatores sociais, econômicos e políticos de determinados períodos históricos interfere na sua prática e em sua legitimação. Diante desta proposição, em um momento em que sociedade questiona o próprio conceito de classe trabalhadora, faz-se necessário refletir sobre estes inúmeros segmentos que eclodem na atualidade com suas bandeiras de lutas. Homossexuais, negros, deficientes físicos e muitos outros buscam ocupação dos seus espaços sociais através da mídia, de forma cada vez mais organizada.



Os movimentos, paradas e eventos buscam justamente chamar a atenção dos meios massivos para suas reivindicações e lutas para que o assunto passe a fazer pauta das discussões nacionais e, até, internacionais, estimulando o debate e os avanços sociais. Com a espetacularização dos fatos, busca-se a mídia massiva para ampliar a visibilidade social. No entanto, a comunicação popular, que deveria ter um papel fundamental nesta legitimação midiática destas novas demandas continua passiva e não utiliza seus instrumentais para reverberar na sociedade estas discussões. E como a mídia sindical é um importante mecanismo de comunicação alternativa e popular, com objetivos de práticas discursivas contra-hegemônicas, poderia ser um canal decisivo para dar voz a estas minorias, incorporando suas bandeiras de lutas e demandas plurais.

Apesar de poucas pesquisas e levantamentos sobre o número de publicações, sites e blogs produzidos por sindicatos de trabalhadores e centrais sindicais, sabemos que pela proporcionalidade de entidades registradas no Ministério do Trabalho, chegando a mais de três mil sindicatos, entre urbanos e rurais, o índice de produção destes materiais é significativo, independente se conseguem manter uma periodicidade e atualização regular ou não. Mesmo assim, as temáticas continuam sendo as mesmas: salários, condições de trabalho, desemprego, quando não funcionam mais como meros instrumentais de propaganda política de seus líderes sindicais, que permanecem como diretores durante décadas, sem oxigenar suas ideologias sindicais.

A reflexão sobre inserção social e os avanços que a sociedade necessita para se tornar igualitária e, realmente, democrática, passa por estas práticas discursivas dos próprios sindicatos de trabalhadores, que deveriam refletir sobre a concepção atual de classe trabalhadora e o mundo do trabalho. Entende-se que restringir suas práticas apenas com foco na relação capital/trabalho, priorizando demandas de segurança material, não está sendo suficiente para criar a identificação junto aos inúmeros segmentos que surgem no interior da própria classe trabalhadora com demandas por cidadania, por respeito, pela necessidade de terem um espaço para reivindicar seus discursos como minoria e garantirem suas vozes na sociedade. Com isso, o número de associados dos sindicatos acaba se reduzindo em muitas categorias profissionais e a própria estrutura sindical se torna enfraquecida por não ter reconhecimento, nem identificação dos seus públicos-alvo e não garantir, com isso, representatividade.

Nada mais legítimo do que um sindicato, entendido como uma entidade de luta e enfrentamento, assumisse o discurso destas minorias, incorporando-os junto as suas



bandeiras de reivindicações, fortalecendo a sua própria concepção de classe. Se não existe luta em comum, não existe classe.

### Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho** – 10ª edição, São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman**; tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BERGER, Peter L & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 27 ed.; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 2007

FERREIRA, Maria Nazareth (org). **O Impasse da Comunicação Sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens**. São Paulo: Cebela, 1995.

HALL, Stuart. **A Identidade na pós-modernidade**. Tradução Tomaz da Silva – 4ª Ed. Rio de Janeiro: DP&, 2000.

JAMENSON, Fredric. **A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

MOMESSO, Luiz. Implicações da profissionalização na comunicação sindical. In: FERREIRA, Maria Nazareth (org). **O Impasse da Comunicação Sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens**. São Paulo: Cebela, 1995.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

POCHMANN, Márcio. “Os desafios do Sindicalismo Brasileiro nesse final de século”. **Revista de Sociologia e Política**, nº 10-11, pp 139-152, 1998.

SANTIAGO, Claudia, GIANNOTTI, Vito. **Comunicação Sindical – a arte de falar para milhões**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVERINHA, Maria João. Democracia e reconhecimento: repensar o espaço público. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In SILVA, Tomás Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.